

# **Quando as trajetórias negras encontram a institucionalidade das políticas públicas contemporâneas: algumas ações voltadas para remanescentes de comunidades quilombolas em São Lourenço do Sul, RS<sup>1</sup>**

Patrícia dos Santos Pinheiro, UFPel/RS<sup>2</sup>

## **RESUMO**

No contexto contemporâneo brasileiro se entrecruzam uma pluralidade de formas substantivas de política, para além daquela oriunda do Estado, tais como as políticas cotidianas de grupos marginalizados. Diante dessas diferentes expressões, o presente texto, fruto de reflexões iniciadas em pesquisa de doutorado, procura abordar relações estabelecidas a partir da aproximação recente entre ações estatais que teriam a proposta de abarcar a diversidade cultural, e ações de comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, no sul do Rio Grande do Sul. Essas comunidades se mobilizam, de diferentes maneiras, em processos de reconhecimento e na busca por direitos sociais a partir da categoria de “remanescente de comunidade de quilombo”, cada qual com suas prioridades e objetivos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, remanescentes de comunidade de quilombo, direitos coletivos

## **Introdução**

As identidades étnicas, além de representarem o pertencimento a uma origem e laços em comum a partir do contraste com outros grupos, podem ser fortalecer como vetores de articulação política na reivindicação de direitos. Assim sendo, configurou-se, com a promoção das reformas constitucionais em diferentes países e as políticas de identidade, uma tentativa de ampliação de públicos e a formação de um repertório que se propõe a abarcar a diversidade cultural no interior do Estado brasileiro, com a “inclusão” de diferentes grupos sociais, como os “remanescentes de comunidades de quilombos”, em políticas públicas e espaços de participação e representação.

Nesse processo, normas institucionais se ampliaram e o poder público se colocou como um importante ator para esses grupos, os quais por sua vez se mobilizam para reivindicar ações de valorização e de direitos sociais antes inacessíveis. No

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> Bolsista de pós-doutorado DOCFIX Fapergs no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPel.

entanto, essa abertura não levou ao estabelecimento de uma relação intercultural harmônica, seja entre grupos locais, seja desses com as diversas instâncias estatais, mas sim a um quadro dinâmico de situações de apoio e conflito.

Do encontro entre esses grupos e as ações do poder público, através dos quais foram sendo estabelecidas conexões entre as dinâmicas atuais de organização política das comunidades negras e as respectivas trajetórias desses territórios negros, compõem-se um campo de relações no qual essas comunidades, que se situam em determinado sistema interétnico - com presença intensa de colônias de origem teuto -, passaram a se mobilizar junto a diferentes atores. Há distintos regimes de legitimidade em jogo nas escolhas cotidianas nesse contexto em que a etnicidade passa a ser acionada para a garantia de direitos a grupos minoritários, operadas por critérios nem sempre aparentemente consoantes entre si ou com uma visão estrita de cidadania, e que se baseiam também nas experiências anteriores desses sujeitos (incluindo distanciamentos e estigmatizações dos territórios negros).

As identidades étnicas, além de representarem o pertencimento a uma origem e laços em comum a partir do contraste com outros grupos, fortalecem-se como vetores de articulação política na reivindicação de direitos. Nesse processo, normas institucionais se ampliaram e o poder público se colocou como um importante ator para esses grupos, os quais por sua vez se mobilizam para reivindicar ações de valorização e de direitos sociais antes inacessíveis. No entanto, essa abertura não levou ao estabelecimento de uma relação intercultural harmônica, seja entre grupos locais, seja desses com as diversas instâncias estatais, mas sim a um quadro dinâmico de situações de apoio e conflito.

Não se tratando de uma relação polarizada entre comunidades autoidentificadas como quilombolas e Estado, também se encontram nesse campo organizações de apoio e assistência técnica, partidos políticos etc., que podem se reposicionar ao longo do tempo em termos de adesões e parcerias. Desse dinâmico entrecruzamento, apesar da assimetria nas relações, não surge uma unidade, homogeneidade ou simples cooptação local. Ao contrário, os caminhos a partir disso são diversos. Nessas ações podem estar em jogo elementos como a atuação em diferentes esferas públicas de participação, o reconhecimento e a valorização de minorias de poder, o controle efetivo dos recursos e seus territórios, ao mesmo tempo em que a inclusão se coloca como uma forma de fortalecimento e controle por parte do

Estado nacional e seus representantes, com funções de mediação política e intercultural.

De modo a problematizar as implicações da presença de diferentes demandas relacionadas a identidades étnicas, por meio desse artigo o desafio será refletir sobre os encontros e desencontros entre os sujeitos mencionados em um contexto de interações, tensões e situações de subordinação entre distintos atores.

As fontes e os dados etnográficos acionados nesse trabalho são fruto de pesquisa de doutorado<sup>3</sup>. Nessas duas comunidades foram realizadas visitas, conversas informais, participação em reuniões e entrevistas com famílias, respeitando a crítica dos interlocutores sobre a inserção política diante da presença do poder público e de outros atores, bem como as suas estratégias de participação em espaços coletivos. Procurarei iniciar o debate a partir de perspectivas minoritárias, como o pensamento decolonial latino-americano<sup>4</sup>. Serão abordados em especial os processos de formação e continuidade (ou não) das Associações Quilombolas e diferentes atividades relacionadas a ela. Na região de Pelotas, diversas dessas formas comunitárias foram organizadas a partir dos anos 2000, com o objetivo de acesso a políticas públicas.

## **1 Percorrendo algumas trajetórias**

Com atualizações e adaptações constantes, a trajetória dos territórios negros de São Lourenço remonta ao período da escravidão, muito marcante nessa região pela presença pujante das antigas charqueadas na atual sede de Pelotas (município do qual São Lourenço se emancipou), que abasteciam com charque o comércio entre províncias brasileiras nos séculos XVIII e XIX<sup>5</sup>. Movido intensamente por mãos cativas, nesse sistema produtivo estavam desde os estabelecimentos industriais de produção de charque até as estâncias agropastoris, de diversos tamanhos.

---

<sup>3</sup> A tese intitulada “Políticas de identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas” (PINHEIRO, 2015) foi defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ). O trabalho de campo foi realizado de outubro de 2012 a dezembro de 2013.

<sup>4</sup> Os autores do chamado pensamento decolonial buscariam encarnar um projeto intelectual crítico, a partir de deslocamentos e problematizações das formas dominantes de compreender a modernidade e a colonialidade, entendendo esse último como um processo para além do colonialismo enquanto experiência histórica. Ou seja, mesmo após o processo de colonização, a colonialidade permanece como estrutura de pensamento que legitima as diferenças e hierarquias entre sociedades, sujeitos e conhecimentos (QUIJANO, 2005).

<sup>5</sup> O charque é uma carne dessecada pela salga e exposição ao sol, realizada industrialmente nas charqueadas, o que permite que a carne se conserve por mais tempo.

Mais especificamente em relação à área que hoje corresponde ao município de São Lourenço, a área baixa de campo foi ocupada inicialmente por luso-brasileiros com grandes estâncias e fazendas de pecuária, já as áreas mais íngremes (incluídas na chamada Serra dos Tapes), ainda esparsamente povoadas tinham pouco valor econômico na época e em meados do século XIX foram loteadas pela elite luso-brasileira local para agências de colonização. O primeiro desses projetos foi a Colônia de São Lourenço, estabelecida a partir do ano de 1858 com imigrantes da extinta Pomerânia<sup>6</sup>. A Serra dos Tapes é um complexo de coxilhas e serras que inicia cerca de 20 km de distância da sede de Pelotas e chegou a receber 20 desses projetos (ZARTH, 2002). No entanto, com terras férteis e relativa tranquilidade, essa Serra já apresentava-se como um refúgio e rota de fuga para quilombolas desde o início do século, tornando-se referência para a presença negra e de outros grupos subalternos que no entanto não detinham títulos de terras.

Um momento marcante na constituição de pelo menos quatro das atuais comunidades do município de São Lourenço do Sul, localizadas no que se convencionou chamar de *Colônia*, foi a fuga de um grupo de 13 cativos, na segunda metade do século XIX, de uma estância de Canguçu, *para lá do Arroio Grande*<sup>7</sup>, diante da iminência de um castigo coletivo (PINHEIRO, 2015). O grupo teria se dispersado para evitar a recaptura por parte das autoridades e assim iniciaram a formação das comunidades de Vila do Torrão (Faxinal de Baixo), Monjolo (Serrinha), Faxinal de Cima e Picada, territórios que cresceram com a chegada de novos cativos e familiares. Essa formação está relatada também em Rubert (2005) e CAPA (2010). A Picada conta atualmente com 15 famílias, em aproximadamente 55 hectares de terras íngremes.

Já a outra comunidade mencionada nesse texto, o Rincão das Almas, anteriormente conhecido como Rincão dos Negros ou dos Forros, está localizado em uma área mais plana, próxima da BR 116 (construída em meados do século XX). As terras da comunidade, segundo relatos de interlocutores, foram doadas por uma estancieira aos seus cativos, em especial da família Pereira (que ainda reside na comunidade), com relatos vagos sobre o período da doação. Essa doação teria sido registrada em um mapa com a localização e extensão exata da herança (1501 braças), o qual teria sido entregue a um vizinho da comunidade para que o mesmo encaminhasse

---

<sup>6</sup> A Pomerânia atualmente englobaria parte da Alemanha e da Polônia. Também há núcleos de colonização no Espírito Santo e em Santa Catarina, que se desdobraram para outros locais.

<sup>7</sup> Arroio que divide os municípios de São Lourenço e Canguçu.

ao poder público, na época do governo Brizola (década de 1960), na tentativa de realizar a regularização das terras, mas foi extraviado, como relatado por seu Guilherme Rodrigues de Quevedo, um dos moradores mais antigos da comunidade.

O Rincão foi um local de grande fixação de parentelas negras, que foram se estabelecendo no local. Nesse e em outros locais, na formação dos territórios negros da região que ligava as antigas charqueadas, um ponto importante foi a tensão entre fixação e mobilidade desses grupos nesses locais. Como menciona Castro (1995 apud ARIZA, 2012), se a mobilidade (sazonal ou permanente) pode ser considerada uma forma de liberdade, a tentativa de enraizamento em um território foi um elemento importante para a estabilidade das famílias negras, como forma de garantir mínimas condições de vida, evitando o jugo dos mecanismos de repressão.

Mas a comunidade passou por um fluxo intenso de saída de moradores nessa localidade, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Segundo vários moradores, esse esvaziamento teria ocorrido devido à estigmatização do local, identificado como *terra de negros* e, conseqüentemente, desvalorizado, acrescido da necessidade de busca por locais onde houvesse oportunidades de trabalho. Esse processo, para além do Rincão das Almas, foi vivido pelas comunidades negras a partir de marcas como o trabalho, as habitações (de torrão ou pau a pique), a alimentação ou outros. Atualmente, em seus 50 hectares, residem mais de 100 famílias.

Por outro lado, redes de relação por bastante tempo se configuraram pelas fronteiras étnicas construídas entre os grupos do local, quebrada essencialmente pela necessidade de mão de obra negra buscada por outros grupos. Partilhando do mesmo espaço rural, um sistema interétnico singular formou-se no município (sem se restringir a ele), que engloba pertencimentos e delimitações entre grupos categorizados localmente como *colonos* (descendentes de pomeranos), negros (*morenos*) e *brasileiros* (*tucas*, pode designar a mistura entre indígenas, descendentes de portugueses ou um “não enquadramento” em termos de pertença étnica).

Com isso, ao analisar as políticas públicas de incidência local, além das relações internas a cada comunidade, faz-se necessário ver também as implicações dessas reconfigurações históricas nas relações interétnicas. Entretanto, como destacam Ennes e Marcon (2014), junto com a renovação e reedição de novas e velhas identidades, há também o reordenamento de velhas e novas alteridades.

Há de se pesar o fato de que os quilombolas, sem acesso à extensão de terra

adequada para plantio, ou produziam em terras arrendadas ou trabalham sazonalmente em lavouras, na colheita do principal produto do município, o fumo, ou como peões ou diaristas em fazendas ou granjas produtoras de arroz, e a organização das comunidades quilombolas pode representar uma modificação nas hierarquias locais e no aprisionamento de trabalho e renda, como também menciona Dutra (2011). As hierarquias entre esses grupos formam um preconceito estrutural que ainda pesa na relação entre patrões *colonos* ou *brasileiros* e empregados *morenos* até os dias atuais, que percorre argumentos como da preguiça ou da falta de uma pré-disposição ao trabalho dos quilombolas, apesar das 10 horas diárias de trabalho (caso da colheita do fumo).

Nessa nova configuração mais recente, não é mais necessário se submeter a condições extremas ou trocar trabalho por utensílios, sementes ou animais para a produção própria (como bois ou cavalos), porque os projetos de intervenção já supririam essas necessidades, com isso não haveria a mesma possibilidade de exploração do trabalho de outros tempos. Essa menor dependência também pode ser mencionada após a implementação efetiva de benefícios sociais, como aposentadorias e programas sociais.

## **2 E quando o quilombo chegou?**

Uma intrigante e recorrente expressão é utilizada para demarcar temporalmente a formação da associação quilombola e o início de um diálogo mais estreito com o poder público nas comunidades de São Lourenço: *quando o quilombo chegou...* ou ainda *depois do quilombo...* A “chegada” do quilombo, nessas falas, representa o momento em que atores externos passam a se aproximar com fins de estimular o acesso dessas comunidades identificadas por outros grupos como *de morenos* a políticas públicas e sua organização política, com a formação de associações comunitárias e o reposicionamento desses atores como *sujeitos de direito*, e não uma etnogênese estimulada pelo poder estatal como à primeira vista poderia parecer.

Para os inúmeros e diversos grupos negros para os quais a etnicidade passou a ser acionada nas reivindicações políticas, para além de um dilema entre primordialismo ou instrumentalismo nessa relação com o poder público, Restrepo (2013) propõe uma

análise etnográfica sobre os significados, ambiguidades, contextos e trajetórias históricas. O autor, com base na experiência de grupos afrocolombianos, traz o conceito de etnicização, de modo a enfatizar uma ideia de processo nos modos como os grupos étnicos se constituem e são constituídos. Procurando visualizar como se aciona e disputa o mundo, a partir de determinadas noções de grupo étnico (em disputa de legitimidade), o autor prossegue: “La especificidad del proceso que indico con etnicización radica en la formación de un sujeto político (un ‘nosotros’/‘ellos’) y unas subjetividades (unas identificaciones) en nombre de la existencia (supuesta o efectiva) de un ‘grupo étnico’” (RESTREPO, 2013, p. 15)<sup>8</sup>. Dessa perspectiva, discursos e práticas tanto de atores locais como de mediadores externos engajados e outros atores seriam parte das políticas da etnicidade, processo em constante disputa.

Pensando as materializações locais dessa reconfiguração, no entanto, é preciso visualizar que noções como inclusão, cidadania, participação e desenvolvimento carregam consigo formas sutis de reprodução da condição de subalternidade de grupos minoritários e de uma visão universalista (mesmo quando abordam a diversidade cultural), e em geral se mostram incompletos para essas realidades. A resposta desses grupos, no entanto, é de negociação e mesmo transgressão de uma cidadania idealizada, mas jamais alcançada, ponto que será abordado posteriormente.

No caso das comunidades autorreconhecidas como quilombolas no Brasil, a perspectiva do reconhecimento identitário pelo Estado, como mencionou Figueiredo (2011), pode garantir não somente direitos especiais (relacionados à religiosidade, memória, territorialidade), mas também um acesso diferenciado a direitos sociais universais, englobando ações como alfabetização, saneamento, geração de renda, relações justas de trabalho, lazer, entre outros, com interfaces com o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, sob coordenação da SEPPIR.

Para as comunidades quilombolas da região de Pelotas, segregadas do acesso a políticas públicas básicas e acionadas como mão de obra precária, as articulações vistas como possíveis, como lembram Rubert e Wolff (2011), foram marcadas pelo estímulo à busca por cidadania com a inserção em políticas públicas a partir de meados dos anos 2000, mediadas por ONGs ou por órgãos públicos de atuação consolidada no contexto

---

<sup>8</sup> Com isso, reforça-se o cuidado em evitar um olhar essencializado para esses grupos dinâmicos e heterogêneos, que se diferenciam entre si, não somente de acordo com as restrições e categorizações externas. Para Restrepo (2013, p. 19), mais do que uma ideia simples de manipulação, a etnicização, no caso colombiano, é “[...] un proceso de construcción política que supone una economía de visibilidades, esto es, un régimen de verdad que constituye un sujeto étnico y unas específicas subjetividades.”

rural, mais do que por algum conflito fundiário explícito, como ocorreu em outros locais. Com isso, se o processo de regularização e proteção de territórios, regulamentado pelo Decreto 4.887 (BRASIL, 2003)<sup>9</sup>, elemento estratégico, tem apresentado possibilidades limitadas de implementação, outras frentes de atuação para o acesso a políticas estatais têm sido visualizadas pelos grupos identitários.

Cabe mencionar que essa inserção em políticas públicas ocorreu de modo significativo com a aproximação junto a organizações que atuam em nome da agricultura familiar. No entanto, essas parcerias, apesar do discurso oficial de diversidade, possuem interesses que podem ser incompatíveis com alguns direitos sociais aos quais as comunidades negras rurais teriam acesso, caso da regularização territorial (que poderia englobar disputas territoriais com agricultores familiares, por exemplo), que acabou sendo preterida na região. E mesmo essas ações que figuram dentro do espectro do possível têm se apresentado como problemáticas para as comunidades quilombolas estudadas, dada a maneira como são efetivadas, pois nesses processos se encontram visões de mundo e projetos de sociedade que reproduzem certa colonialidade das relações, em que os conhecimentos, os territórios e as comunidades não necessariamente fazem parte do mesmo universo de sentidos e práticas.

Uma primeira experiência com políticas públicas dessas comunidades foi o programa estadual RS Rural, executado entre 1997 e 2005. Em um primeiro momento, o RS Rural se voltava à agricultura familiar de maneira geral, mas posteriormente se articulou pelas demandas de grupos diferenciados, dentre os quais se inseriram as comunidades quilombolas (SOUZA, FERNANDES, RUBERT, 2005). Em São Lourenço foi acessado para a construção e reforma de casas, incluindo significativamente a construção de banheiros, pois como relatou Sandra Ferreira, que fazia parte da presidência da Picada, a maioria das famílias não os possuía na época. Também vacas de leite, cavalos, arames para cercas e máquinas foram obtidos através do RS Rural, que é lembrado por ela como um dos projetos de mais relevância que foi efetivado na sua comunidade. Na Picada, Sandra relata que após o RS Rural outras ações foram desenvolvidas e posteriormente se deu a aproximação de diferentes organizações, com a formação e consolidação das associações quilombolas, que serão debatidas posteriormente.

---

<sup>9</sup> Até 2016 a regularização seria atribuição do Inbra, vinculado ao extinto MDA. Atualmente está à cargo do Ministério da Cultura, através da Medida provisória n. 726, de 12 de maio de 2016, reacendendo antigo debate sobre quem seria responsável por essa ação.



Com essas aproximações, as comunidades passaram a fazer parte, enquanto *quilombolas*, da rota de ações do poder público em alguma medida. Muitas dessas ações se inserem em uma agenda mais ampla voltada ao espaço rural, efetivadas mais intensamente na região junto ao programa interministerial Território da Cidadania, iniciado em 2008 e que atuou como canal de execução de diferentes políticas. Dentre as ações com incidência em São Lourenço, destacam-se o Fome Zero, o Luz para Todos, implementado a partir de 2006 nesses locais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Balcão da Cidadania (com a confecção de carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e número de identificação do trabalhador, além de informações sobre aposentadoria e outros auxílios), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a ampliação do Bolsa Família para o espaço rural<sup>10</sup>; a Certificação das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e a abertura dos processos para a regularização fundiária, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Fomento às Atividades Produtivas, executado pela Emater, dentre outros. Há ainda o acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)<sup>11</sup>.

Entretanto, a partir de 2012, muitas dessas ações passaram a compor o Plano Brasil Sem Miséria, em especial aquelas voltadas para a universalização de alguns serviços, como acesso à água, assistência técnica, benefícios sociais, inclusão produtiva, entre outros, e as ações com enfoque do reconhecimento de especificidades locais perdem destaque ou aparecem como essencializações, pois apontar a diversidade cultural nas ações estatais não é sinônimo de estímulo à equidade social e ao respeito aos modos de vida singulares.

Diante disso, na relação entre diferença e de integração, é possível problematizar como as políticas que se voltam aos grupos minoritários podem atuar como reprodutoras de certa colonialidade, a partir desse paradoxo que se forma com a força que assume outro elemento de políticas públicas voltadas a comunidades quilombolas no Brasil: um novo enquadramento como *pobre*. Com a acentuação do discurso de erradicação da pobreza, um novo pressuposto de homogeneidade se coloca, trazendo tensionamentos entre a ideia de combate à pobreza e a identidade quilombola,

---

<sup>10</sup> Programa executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir de cadastro feito pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). 80 mil famílias quilombolas se encontram no Cadastro Único Federal e quase 80% dessas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, mas seria estimado um número bem maior (SEPPPIR, 2013).

<sup>11</sup> Fonte: site do Incra. Acesso em diversas datas.

em geral sem levar em consideração as identidades e peculiaridades presentes.

Por outro lado, mesmo a ideia de universalização de direitos é bastante incompleta e a incidência dessas ações é variável entre as comunidades, pois as ações estatais não inserem na categoria de cidadão todos os indivíduos. Com a justificativa de tirar pessoas da precariedade, por exemplo, o programa de habitações rurais (PNHR) foi executado com muitas dificuldades. Em primeiro lugar, cabe ressaltar o olhar das organizações locais que executaram essa política antes de iniciar o projeto, que consideravam as casas de torrão ou de pau a pique como “casebres” (CAIXA..., 2013). Os “casebres”, no caso, tratavam-se de casas tradicionais de grande conforto térmico que jamais receberam investimentos estatais em qualificação ou melhorias nas técnicas, mas eram sinal de estigmatização para os grupos quilombolas. O trabalho das entidades, nessa lógica, serviria para modificar uma condição de falta e alçar os quilombolas à posição de moradores de uma habitação “moderna”, abandonando as casas tradicionais.

Os relatos mais recentes, no entanto, já com as casas do PNHR em vias de construção, é de que a qualidade das habitações é bastante questionável, pois a qualidade do material não seria adequada, com tijolos e telhas frágeis, piso de má qualidade, aberturas que seriam de alumínio na verdade são de outro material (como um latão) etc. Além disso, esse programa não dialoga com outras ações do poder público nos mesmos territórios (como a regularização fundiária).

Por outro lado, os programas voltados à produção têm o desafio de as comunidades disporem de área restrita para plantio. Já o Bolsa Família, as campanhas para confecção de documentos, o Luz para Todos, a Certificação da FCP e o Fomento tiveram abrangência mais significativa. Além dessas, entre as políticas que atualmente incidem ou já foram efetivadas junto às comunidades, podem ser mencionados ainda diversos programas de incentivo à geração de renda<sup>12</sup>.

Para além de uma checagem das atividades desenvolvidas ou não ou das metas atingidas, é preciso problematizar o que essas diversas ações significaram para os atores implicados no processo. Em uma visão mais racionalista e instrumental do Estado, que analisa suas ações a partir da eficácia de suas práticas, as políticas públicas são representadas como o resultado da capacidade do Estado nação democrático de resolver

---

<sup>12</sup> Como cursos de artesanato, de padeiro, horticultura, distribuição de sementes e mudas de árvores, assistência técnica produtiva e recebimento de equipamentos, como instrumentos musicais e máquinas de costura, cursos de alimentação saudável, de uso de plantas medicinais etc.

problemas sociais e de gerar mudanças sobre a ordem social e econômica. Nessa perspectiva, uma ação estatal seria executada como resultado da identificação de situações de urgência ou de resolução de problemas, com base em argumentos racionais de onde se depreendem planos e ações públicas eficientes, operados por técnicos e especialistas e constantemente avaliados e monitorados, constituindo um “círculo encantado” mencionado com ironia por Blázquez (2012). Com práticas aparentemente contraditórias, o Estado é perpassado por diferentes e dinâmicos objetivos que atravessam suas esferas e as pessoas e grupos que dele participam, atuando nas instituições e na conduta social como promotor de diferentes parâmetros de desenvolvimento, apesar do predomínio de alguns atores e interesses.

Apesar das dificuldades, para os grupos autoidentificados como quilombolas da Picada e do Rincão das Almas, um elemento importante foi a partilha de uma identidade não somente estigmatizada, mas passível do acesso a diversos direitos sociais básicos. Entre elementos estruturais e a agência dos inúmeros atores que fazem parte da negociação, formulação e execução dessas ações, constituíram-se diferentes estratégias e relações, sejam de resistência, de apropriação local (incluindo as ferramentas organizativas e canais de representação oficiais), de ressignificações dos processos políticos e identitários e também de transgressão dos “resultados esperados” por essas intervenções. Esses processos se conectam com as dissonâncias e aproximações entre as diferentes reivindicações locais e as classificações e expectativas criadas junto às comunidades quilombolas.

Mas a percepção como sujeito de direitos, evidentemente, carrega limites sobre quais direitos está se falando, de que maneira eles poderiam ser materializados, quais seriam as parcerias necessárias e a que custo as ações acabam sendo efetivadas (ou seja, o que se exige das comunidades em troca de recursos e projetos sociais?). De modo conectado, o conflito e as aproximações entre diferentes grupos têm um papel e relevância que não se esvai, mas é influenciado pelo que está se formando na relação junto ao Estado, ator por muito tempo distante ou situado como poder repressor. Com isso, as políticas públicas, ao mesmo tempo em que inserem os quilombolas em redes mais amplas, não são vistas somente como um fim em si, mas também como possibilitadoras de um reposicionamento desses grupos no interior das relações locais.

### **3 O associativismo quilombola e a relação com o Estado**

No caso das comunidades quilombolas, a associação foi a forma organizacional encontrada junto ao Estado para dar conta das escolhas coletivas desses grupos diante da falta de normatizações que atendessem suas necessidades coletivas, em especial no caso da regularização fundiária com títulos coletivos da terra. Apesar das contribuições dos movimentos sociais, a associação é parte da esfera da legalidade, o que tem uma expressão tida como positiva por ter legitimidade diante do Estado, por onde ele direciona as suas ações e delimita as regras oficiais. Diante da complexidade das relações sociais, essa forma de organização certamente é limitada, até mesmo porque a construção de interesses em comum também é dinâmica. Em São Lourenço, em um primeiro momento a formação de associações também representou a renovação de uma esperança de mudanças de estigmas e da forma como as comunidades gostariam de ser vista, marcada em alguns locais pela mudança da autodenominação.

No entanto, não se pode tratar os coletivos que têm atuado em conjunto como a-históricos, homogêneos ou unívocos, sem pertencimentos ou distâncias anteriores, com amizades e desavenças, relações de parentesco, entre outros fatores. Com a oficialização de uma forma organizativa, ela passa a ser mais previsível, a compor a regra do jogo e até mesmo se tornar um dispositivo de delimitação dos caminhos que o grupo deve seguir. A questão é se ela pode ser encarada como uma forma de participação efetiva ou somente como uma ferramenta de dissimulação da desigualdade social entre os grupos em uma ideia de cidadania universal.

A associação quilombola é legitimada como detentora de representatividade política para as reivindicações locais e acesso a direitos sociais. A presença das lideranças em espaços de discussão (internos ou externos às comunidades, como reuniões, fóruns regionais etc.) também pode se constituir como um momento de articulação política, resultando na consolidação de laços ou no distanciamento entre os atores. Pela representação da associação, as lideranças de São Lourenço participam de espaços públicos como o Fórum da Agricultura Familiar, o Fórum das Comunidades Quilombolas da região e, mais recentemente, a Federação das Comunidades Quilombolas do RS. Esses momentos de encontro também têm gerado conexões entre as lideranças de diferentes comunidades.

Em geral, as experiências prévias desses sujeitos na participação em

associações comunitárias eram raras, o que demandou muitas adaptações. O primeiro desafio visualizado pelas lideranças é a distância com os códigos estatais, como lembra Carvalho (2012), que incluem atas, estatuto, advogados e contadores, taxas para registro e CNPJ, que precisam ser renovados constantemente<sup>13</sup>.

Internamente, a organização da associação tem todos os desafios de qualquer outro grupo: de representação, de igualdade de distribuição dos recursos e responsabilidades, de lidar com interesses pessoais e coletivos, internos e externos. Nessa instância de participação há uma complexa relação entre representantes e seus representados e dela com a sociedade de maneira mais ampla. A escolha dos representantes é feita pela comunidade, entre condições objetivas (disponibilidade para as atividades e viagens, habilidade escrita e/oral, entre outros) e subjetivas (influência, trajetória, oratória). Mas estar nessa posição não significa se manter nela, pois se os resultados não forem satisfatórios na busca por melhorias para a comunidade ou ainda na distribuição dos recursos, o esvaziamento da Associação ou a disputa pela liderança da comunidade são caminhos que geram desgaste para o grupo.

Anjos e Silva (2008) se questionam sobre a formação de lideranças quilombolas (que nem sempre correspondem às lideranças tradicionais) que poderiam se direcionar a uma posição de mediador, ou *broker* (com base em Wolf, 2003), que insere a comunidade em redes mais amplas. Apesar dos desafios, nessa projeção para o exterior, há uma potência importante na representação quilombola. Alternando dimensões pessoais e coletivas, a comunidade se visibiliza enquanto quilombola e busca por brechas para que algumas ações sejam efetivadas na atuação das lideranças nessas redes mais amplas, materializado em convites para participação de encontros, visitas, reuniões, viagens, projetos ou parcerias. Mas justamente essas atividades, que são frequentes em diversas comunidades, podem ser alvo de críticas pelo restante da comunidade, perdendo legitimidade interna caso elas não sejam acompanhadas da materialização dos objetivos comunitários de obtenção de determinados objetivos coletivos.

Situações de desconfiança quanto à gestão dos recursos oriundos de projetos

---

<sup>13</sup> E as regras da gestão, oriundas de diferentes esferas, não são uniformemente obrigatórias: se por um lado é preciso ter documentos comprobatórios que quase inviabilizam a ação, a prestação de contas de cada projeto que utiliza o nome das comunidades quilombolas para arrecadar recursos não parece ser um elemento recorrente das organizações de assistência técnica, assim como as comunidades não têm exatidão de todos os projetos que já passaram em seu nome, apesar da boa vontade de alguns técnicos em manter uma comunicação mais estreita

são frequentes, e enfraqueceram a participação nas associações, por essas suspeitas de desvios, presentes em diferentes comunidades. Há aquelas que seguem se reunindo, com diferentes graus de motivação, há outras que optam por outras formas de organização. Com isso, em alguns locais a associação segue com um grupo mobilizado, caso do Rincão das Almas, apesar da intermitência das ações do poder público, mas em outros o grupo que se unia em nome da Associação está bastante fragmentado, dependendo de como as pessoas se apropriam desse espaço. Na Picada, os desafios foram desde a gestão dos recursos que foram acolhidos por meio de projetos, problemas de saúde de lideranças, até questões internas na escolha dos associados.

Sobre essa última questão, para algumas comunidades, essa organização a partir do recorte étnico limitou outras formas de organização mais amplas, não somente pelas fronteiras étnicas construídas localmente, mas também pelo que representou o ser quilombola enquanto uma categoria normativa. Com isso, um tema que tomou relevância quando se aborda a associação quilombola foi a decisão sobre a abrangência de seus membros. As variáveis para a lealdade podem ser diversas, englobando elementos como a pertença étnica, mas também a amizade, o compadrio, grupos geracionais ou de produção, partidos políticos, entre outros. Assumindo o caráter relacional dos pertencimentos étnico-raciais, atualmente os casamentos interétnicos são mais frequentes, mas é uma mudança que não significa homogeneização, sim o partilhamento de alguns códigos e ações em comum, algo que anteriormente não era visualizado. Nas duas comunidades, as uniões entre negros e colonos são mais frequentes entre famílias que partilham da mesma situação socioeconômica de descapitalização monetária, incluindo situações de subordinação junto aos seus patrões.

Apesar da cobrança externa sobre o que as comunidades devem ser e o que elas se veem obrigadas a responder para serem consideradas legítimas, há discordância com a ideia de que deveria haver somente negros nos seus territórios, uma vez que a trajetória das comunidades não era de isolamento estrito, apesar de ser de demarcação de fronteiras étnicas. Por outro lado, para os gestores, há o desafio de trabalhar com públicos que fogem dos critérios de classificação estatal. Assim sendo, a “transgressão” à política é acessada para se configurar um grupo com as afinidades consideradas necessárias, incluindo famílias fruto de casamentos interétnicos e vizinhos *colonos* ou *brasileiros*, tema que retornou com força na mobilização para o acesso às políticas habitacionais. O relato de Ieda Rodrigues Furtado, do Rincão, é de que havia uma

grande cobrança de agentes externos em restringir a participação no coletivo às pessoas negras:

*Porque tinha que ser negro, negro. Só que quando a gente começou a fazer aqui as reuniões, já começou pela família, olha só, era o negro casado com alemão. Como é que tu vai para associação e teu marido vai ficar fora, né, já começou por aí. (Ieda, entrevista, 23/11/2013).*

Essa aproximação se reflete no desejo, por parte dos quilombolas, de que fosse efetivada a participação de parentes, compadres e amigos que não são negros nas associações quilombolas. Há uma preocupação das lideranças de não saber se essa proximidade é o que se espera de uma comunidade quilombola, mas o posicionamento das lideranças foi de *seguir o seu coração* e realizar as lutas em nome da comunidade com as pessoas com as quais estabeleceram laços de parentesco, amizade e compadrio.

De todo modo, casamentos entre negros e colonos ainda chamam a atenção mais do que os demais casamentos e mesmo que presente, não é um caminho sem desafios e não representa apenas proximidade, pois em alguns casos não contam com o aval familiar. Há reações adversas e desconfiança mútua entre as famílias, pois é a quebra de uma regra entre as fronteiras sociais, que por muito tempo não alcançavam a proximidade em relações de parentesco nesses locais em que até mesmo os bailes e festividades eram separados entre negros e colonos até a década de 1980. Ou seja, a construção de fronteiras segue como um elemento relevante, mas os critérios de repulsa e atração mudam, com a construção ou não de afinidades que fazem com que seja incongruente ou aceitável sua participação na associação.

Um caso relatado pelos moradores do Rincão como marcante foi uma visita de representantes do movimento negro que não queriam que uma foto dos moradores da comunidade fosse tirada junto com as crianças da comunidade de cor da pele mais clara, fruto dos casamentos e das aproximações de amizade com moradores do Rincão que não seriam negros, assim como filhos adotivos brancos de famílias negras.

Passados vários anos, esse evento ainda é lembrado e associado a uma crítica a mediadores que opinam que a comunidade deve obrigatoriamente manter determinados elementos de origem afro, incluindo a manutenção de religiões de matriz afro, benzeduras, usos de ervas de proteção espiritual e outros elementos, recorrentes em outros momentos, mas variáveis ou acionados discretamente atualmente. Essa “cobrança” externa atual por uma identidade que remeta à ancestralidade africana, após tanto tempo de estigmatização de qualquer marcador social negro, é um ponto de

divergência com muitos moradores. Em outras palavras, as dinâmicas identitárias, vistas como um modo de organização das relações sociais cambiável em seu conteúdo e significação, não podem ignorar a história da comunidade, suas vitórias, seus desafios, aspectos culturais e também suas aproximações com outros grupos com os quais eles se relacionam e historicamente se unem, em uma relação de sociabilidade conflituosa que ora remonta à complementaridade, ora ao antagonismo.

Após a *chegada do quilombo*, a mesma liderança do Rincão, Ieda, relata que, vendo a movimentação de políticas públicas para a comunidade, muitas pessoas passaram a se aproximar do grupo:

*[...] quando a gente começou “ah, porque vocês perdem tempo de vocês, porque vocês não vão conseguir nada”, sabe? Aí quando começou a aparecer os benefícios as coisas assim, aí as pessoas começaram a se chegar né... [...] Aí cada reunião, conseguimos isso, isso, isso, um já vai passando para o outro, aí tu chega lá já perguntam: “é verdade que a associação conseguiu isso?”, “não a associação não, [...] porque é para todos” (Ieda, entrevista, 23/11/2013).*

Por outro lado, para alguns dos técnicos que atuam nessas comunidades, o argumento é que há pessoas que têm se aproximado das comunidades atualmente para esse acesso a políticas públicas, mas desconhecem a própria trajetória das comunidades. As lideranças relatam um cuidado de aceitar pessoas que têm alguma relação antiga com o território e com seus habitantes. Mas o fato de *colonos* buscarem participar de reuniões, de atividades em conjunto, mesmo que carregadas de interesses práticos, é uma forte mudança no contexto segregacionista da região que coloca os afrodescendentes em outra posição: não mais são segregados de determinados espaços associativos, mas têm o poder de decisão sobre quem será inserido na associação e nessa nova posição fazem questão de abrir espaços.

Dentre as conquistas mencionadas pela presidência do Rincão através da associação, uma das primeiras teria sido o Talão do Produtor Rural (antigo Modelo 15), a partir da Certidão de Autorreconhecimento, antes impossível diante da falta de títulos das terras, quando eles dependiam da boa vontade de proprietários de terras para acessar tais documentações. Mais recentemente, as habitações geraram grande mobilização na comunidade, e quase duplicou o número de associados, que era de 70 famílias e passou para 120<sup>14</sup>:

---

<sup>14</sup> Por outro lado, no Rincão há moradores antigos do local, com parentesco direto e nascidos no território, que não desejam *participar do quilombo* e sua inserção comunitária mais ativa ocorre em



*Aí tinha aquela história que o modelo 15 era só para agricultor, aquela coisa toda né, quando sugeriu a ideia ninguém achava que era verdade: “capaz vocês vão conseguir, porque vocês não tem terra legalizada”, “Bom, a gente bota a Certidão do quilombo”, “ah mas eu duvido”. Aí depois que veio aquela coisa: “ah, mas porque que eu não assinei, né? Podia ter assinado, hoje eu tinha” aí depois veio o modelo 15, daí veio as sementes normal, todo mundo são beneficiados. Tem gente que eu vejo plantar lavouras e lavouras, não precisa nem comprar para produzir... Aí vem a casa, né? O projeto da casa [habitações rurais]. Que foi uma peleia, né? (Ieda, entrevista, 23/11/2013).*

Na Picada, o debate foi principalmente sobre a inclusão dos *brasileiros e colonos* descapitalizados na associação quilombola, dada a proximidade com as localidades chamadas Fazenda Tunas e Cerro Chato. Em ambos os casos, em geral se tratam de pessoas que convivem, casam-se e trabalham juntos, e participaram da associação quilombola no período inicial de sua formação.

Dado um histórico de ações frustradas e desafios no associativismo, a articulação das comunidades negras em associações, ao mesmo tempo em que estimula a organização coletiva, também pode gerar divergências que não necessariamente facilitam as escolhas comuns e acabam por tornar esse espaço um canal de representação que nem todos conseguem se apropriar. O grupo, ao ter que fazer escolhas coletivas por meio de uma associação, se vê diante das dificuldades de produzir uma unidade que não é dada previamente e que cria uma posição de poder que pode introduzir novas formas de hierarquia interna, que nem sempre respeitam a organização anterior das lideranças tradicionais.

Quando as promessas não se materializam, a frustração é um sentimento presente e as lideranças quilombolas são as mais questionadas pelos seus grupos, mesmo que a efetivação das ações não dependa somente delas. Conectado com isso, para muitos grupos, a criação das associações estimulou relações de dependência por recursos do Estado, os quais chegam de forma fragmentada, mediados por atores que se colocam como necessários. Com a insatisfação com esses agentes externos, com o tempo muitas lideranças e moradores mais engajados também acabaram se afastando de qualquer ação que remeta à associação quilombola, considerando que a chegada desses recursos não compensa diante do desgaste interno.

Mas certamente os meios de conformação da organização política dessas comunidades vão além das relações oficializadas pela associação, muito recentes diante

---

outros espaços, como comunidades religiosas.

do longo histórico das mesmas, precedidas, acompanhadas ou modificadas por uma dinâmica interna de escolhas, por diferentes critérios de justiça, e por imposições externas. Se as fronteiras dos territórios são fluídas e os laços vão além de espaços físicos determinados, as de uma organização formal dentro do grupo que forma esses territórios também são. Ou seja, a associação quilombola não necessariamente representa a totalidade de cada comunidade, pois nem todos estão na associação e podem haver divergências internas, mas a preponderância de alguns núcleos familiares mais ativos não inviabiliza suas ações. Famílias que não têm afinidade com a associação atual também não ficam totalmente excluídas das políticas, e podem mesmo acessá-las pontualmente apesar de não dialogarem com a associação.

### **Algumas reflexões**

Da questão social relativa ao diálogo de grupos identitários com o poder estatal pelas políticas, programas e projetos públicos, ocorreria a afirmação de um modelo de pluralização dos direitos. Distinta das propostas de homogeneidade nacional, seja pela assimilação através da miscigenação, pela invisibilização ou mesmo extermínio, mas sem excluir a dimensão da subordinação, nas últimas décadas o Estado brasileiro se reconheceria por meio do texto constitucional como pluriétnico.

Nessa aparente mudança nos discursos hegemônicos, haveria uma abertura para a institucionalização da relação do Estado com diferentes grupos locais, em que os modos de existência e trajetórias de vida construídos ao longo do tempo pelos grupos negros encontram as ações do poder público sob novas perspectivas, não mais somente como poder repressor. Essas mudanças instigam reconfigurações nas trajetórias políticas, considerando-se uma nova visibilidade alcançada pelos autoidentificados como quilombolas e o compartilhamento de projetos políticos mais amplos, formando um campo de atuação em que estão em jogo valores, significados e diferentes recursos.

No entanto, da perspectiva das organizações estatais, também está em jogo a realização do controle e da regulamentação da gestão do território e das pessoas. Para tanto, são acionados mecanismos de controle, exteriores aos grupos e resultantes de relações de força internas ao próprio Estado, mas, evidentemente, com oscilações entre controle, legitimidade e negligência diante dos seus objetivos unificadores. E o que

emerge localmente dessas situações pode ser muito diverso, entre subversão e reprodução.

Passados alguns anos dessa aproximação entre comunidades e poder público, há um misto de descrença e esperança com o *quilombo*. Onde há continuidade das atividades, as famílias parecem ter conquistado um pouco mais de autonomia em relação às organizações externas, buscando novos parceiros que procurem não reproduzir situações consideradas desrespeitosas. Por outro lado, não participar mais da associação, quando ela representa a desunião ou uma nova forma de exploração junto com a chegada das políticas, é uma outra forma de resistência, pois nega o processo como um todo, mesmo que se abra mão de possíveis direitos.

Se por um lado, essas novas relações materializadas pelas políticas públicas compõem estratégias de obtenção de direitos antes inacessíveis por causa do preconceito racial, por outro o que é ofertado frequentemente são ações restritas, em geral descontextualizadas ou feitas por atores com olhares externos. Essas políticas não necessariamente dão conta dos desafios enfrentados, principalmente quando há intersecções na identidade coletiva de um mesmo grupo, o qual não necessariamente se conectará com os rótulos institucionais.

## **Bibliografia**

ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. (org.). A rede quilombola como espaço de ação política. In: NEVES, D. P. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

ARIZA, M. B. A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2012, 221 p. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BLÁZQUEZ, G. Fazer cultura. Fazer (-se) Estado. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba. *Mana*, n.18, v. 1, p. 37-61, 2012.

BRASIL. *Decreto* 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)> Acesso em março de 2013.

CAIXA beneficia mais de 1.700 famílias de quilombolas. *Notícias Caixa*. Caixa

Econômica Federal (Imprensa), 2013. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup\\_box.asp?codigo =7013136#>](http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo =7013136#>), acesso em 14 de setembro de 2013.

CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor)/MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).. *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: CAPA, 2010.

CARVALHO, A. P. C.. Comunidades Remanescentes de Quilombo no RS: histórico e situação atual. *Olhares Sociais*. v. 1, n.1, jan. 2012. 14 p. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/comunidades.pdf>>. Acesso em dezembro de 2014.

DUTRA, M. V. F.. *Direitos Quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: Koinonia, 2011. 140p.

ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, abril 2014.

FIGUEIREDO, A. V. de. *O caminho quilombola: Sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011. 214 p.

PINHEIRO, P. S. *Políticas de Identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas*. 2015. 226 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2015.

QUIJANO, A.. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, E. org). CLACSO, Buenos Aires, Argentina: 2005. pp.227-278. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>

RESTREPO, Eduardo. Introducción. In:\_\_\_\_\_. *Etnización de la negridad: La invención de las comunidades “negras” como grupo étnico en Colombia*. 2013, p. 9-30

RUBERT, R. A. *Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre, RS Rural/IICA, 2005. 173p.

RUBERT, R. A.; WOLFF, L. P. S. *Territórios Negros na Região das Antigas Charqueadas (RS): memória e reconhecimento*. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR.

SEPPPIR. *Relatório de Gestão do Exercício de 2013*. Brasília (DF), março de 2014. Disponível em: <http://www.portaldaignaldade.gov.br/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013/relato-rio-de-gestao-2013>>, acesso em 12 de março de 2015.

SOUZA, C. R.; FERNANDES, M. B.; RUBERT, R. A. Comunidades Negras Rurais do RS: o trânsito rumo à autoidentificação como quilombola. *Observatório Quilombola*. 01 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/noticias/2972\\_opjunho.pdf](http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/noticias/2972_opjunho.pdf)>. Acesso em junho 2010.

ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.